

# Intervenção não sai e ministro deixa cargo

AGÊNCIA BRASIL/AT

*Geraldo Brindeiro engavetou pedido de intervenção no Espírito Santo e Reale Júnior pulou fora do governo*

**B**RASÍLIA—O procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, anunciou ontem que vai arquivar o pedido de intervenção federal no Espírito Santo, apresentado na semana passada pelo Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CNDDPH).

Por conta disso, o ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior, decidiu pedir demissão. Para seu lugar, o presidente indicou o atual secretário de Direito Econômico do Ministério, Paulo de Tarso Ramos Ribeiro.

A decisão de Reale foi tomada após ter sido desautorizado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso a levar adiante a proposta de intervenção federal no Espírito Santo, aprovada na semana passada pelo Conselho.

O porta-voz da Presidência, Alexandre Parola, disse que o Presidente considerou “descabida” a decisão de entregar o cargo do ministro da Justiça, Miguel Reale Jr..

Segundo Parola, o Presidente foi surpreendido com a decisão. Durante telefonema para Reale, FHC teria dito que não estava em questão a confiança depositada sobre ele. Reale, porém, reiterou sua decisão ao Presidente.

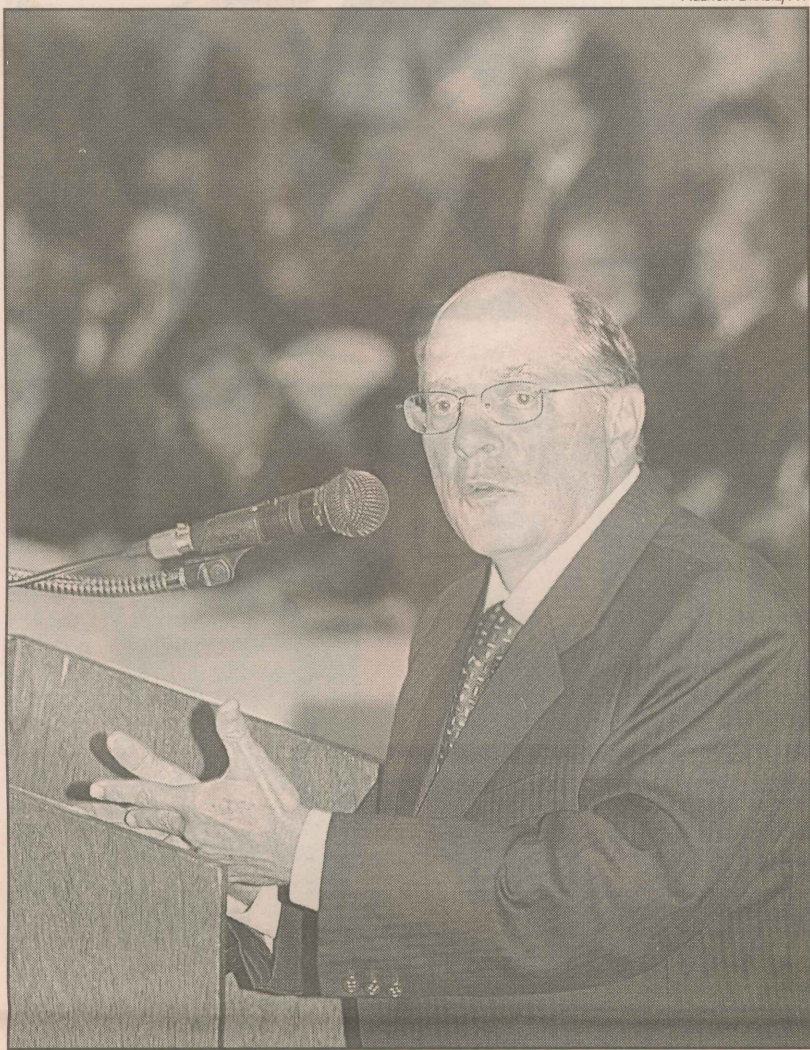
FHC conversou ontem com Geraldo Brindeiro. Segundo ele, o Presidente teria criticado a possibilidade de intervenção, afirmando que ela é inviável no aspecto político, e convenceu o procurador a desistir de apresentar esse pedido ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Na quinta-feira, Brindeiro afirmou que a sua tendência seria encaminhar o pedido ao STF para aprovação da intervenção.

Ontem, ele disse que tem dúvidas sobre a viabilidade jurídica. “Eu entendi que há inviabilidade jurídica, mas também suspeitava da inviabilidade política por razões óbvias.”

Brindeiro disse que FHC e ele consideram a intervenção inviável porque ela não seria concluída antes da posse do novo governador, e eventualmente ele teria que ser afastado do cargo como o atual.

Ele afirmou que se declarou em princípio favorável ao pedido de intervenção porque não poderia desrespeitar uma decisão que o conselho havia tomado.



Miguel Reale falou com FHC, que aceitou pedido de demissão

## Força-tarefa para o Estado

BRASÍLIA—O procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, disse que foi autorizado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso a convocar uma entrevista coletiva para anunciar a sua desistência e dizer que o governo adotará uma alternativa: promover uma força-tarefa com o apoio da Polícia Federal, semelhante à que foi criada para atuar no Rio de Janeiro.

Na última quinta-feira, Reale Júnior encaminhou a Brindeiro um relatório aprovado pelo CDDPH sobre a intervenção no Espírito Santo, segundo o qual autoridades do Executivo e do Legislativo estariam envolvidas com o crime organizado e grupos de

extermínio ou seriam omissas.

O procurador-geral irá conversar às 11 horas de hoje com o governador do Espírito Santo, José Ignácio Ferreira (PTN).

Ele disse que se encontrará, depois, com outras autoridades, como o presidente do Tribunal de Justiça e o procurador-geral de Justiça do Estado (titular do Ministério Público do Estado).

Miguel Reale Júnior, 58 anos, assumiu o Ministério da Justiça no dia 3 de abril, quando Aloysio Nunes Ferreira deixou a pasta. Ele é o segundo suplente do senador José Serra.

Advogado, Reale Júnior é professor titular de Direito Penal da Faculdade de Direito da USP.

## OAB nacional critica decisão

BRASÍLIA—O presidente nacional da OAB, Rubens Approbato Machado, divulgou nota informando que “reagiu com perplexidade ao anúncio do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, de que não haverá mais intervenção federal no Espírito Santo”.

Segundo Approbato, a Ordem dos Advogados do Brasil teria apresentado provas irrefutáveis que comprovam o domínio do crime organizado em vários setores da vida pública naquele Estado e que são do conhecimento do Ministério Público.

“Estou perplexo com essa decisão, considerando que a Procuradoria-Geral da República participou da reunião do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, do Ministério da Justiça, que decidiu, por unanimidade, pela intervenção. Diante disso, temo pela vida das pessoas que se expuseram publicamente para denunciar o verdadeiro estado em que vive o Espírito Santo. Tem ainda que essa sensação de impunidade se alastre para o resto do País”, afirmou Approbato.